

REVISTA ISTOÉ ONLINE

REVISTA VEJA

EXPEDIENTE

Comissão Diretora

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre
1º VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes
2º VICE-PRESIDENTE: Senador Humberto Costa
1ª SECRETÁRIA: Senadora Daniella Ribeiro
2º SECRETÁRIO: Senador Confúcio Moura
3ª SECRETÁRIA: Senadora Ana Paula Lobato
4º SECRETÁRIO: Senador Laércio Oliveira
1º SUPLENTE: Senador Chico Rodrigues
2º SUPLENTE: Senador Mecias de Jesus
3º SUPLENTE: Senador Styvenson Valentim
4ª SUPLENTE: Senadora Soraya Thronicke

Diretora Geral: Ilana Trombka

Secretário-Geral: Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Diretora da Secretaria de Comunicação Social: Érica Ceolin
Gestor do Núcleo de Assessoria de Imprensa: Luis Carlos Alencar Fonteles
Supervisora do Senado na Mídia: Circe Cunha

Sugestões, críticas e solicitações: imprensa@senado.leg.br

Pesquisa: Histórico de Notícias – acesse <https://www12.senado.leg.br/senado-na-midia>

Matérias cadastradas entre dezembro/1999 e março/2015: ligue para 1252

SUMÁRIO

REVISTA ISTOÉ ONLINE

NOTÍCIAS

O que os primeiros dias projetam sobre o futuro de Gleisi no governo. 1

REVISTA VEJA

BRASIL

Carta ao Leitor: Um rumo equivocado 3

POLÍTICA

Perigo à vista: como o governo Lula vai tentar recriar o imposto sindical 4

O que os primeiros dias projetam sobre o futuro de Gleisi no governo.

Desde o início do terceiro mandato do petista, o governo é criticado por não ter uma coordenação política eficiente. A nova titular das Relações Institucionais entra com o desafio de resolver o problema

mar. 17, 00:21

Luciana Lima

A política escancarou a difícil condição de ser mulher no Brasil, mesmo para aquelas que exercem o poder e têm voz. Foi a primeira semana da ministra Gleisi Hoffmann na SRI (Secretaria de Relações Institucionais). Ao mesmo tempo que ela cumpriu uma agenda intensa de conversas com vários atores políticos, em articulações que começam a conquistar o respeito de partidos do Centrão, a petista viveu episódios de misoginia. Ela se indignou com ataques oportunistas da oposição e perdoou quem achava que merecia - no caso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que escorregou no machismo ao tentar elogiá-la. Em sete dias, Gleisi viveu o céu do poder e o inferno do preconceito.

A ministra se reuniu com os presidentes da Câmara e do Senado e começou a romper com antigas ideias disseminadas no meio político. Uma delas era que ela era radical demais para estabelecer um diálogo profícuo com partidos do Centrão, grupo político que domina o Parlamento. Na quinta-feira, 13, começou a colher frutos das conversas que manteve com diferentes atores políticos. Foi até elogiada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), bem na linha da imagem que ele pretende imprimir no novo posto: a de construtora de uma nova relação entre Executivo e Legislativo.

Ao falar das primeiras impressões sobre a condução da ministra, Motta traçou um cenário bem diferente daquele que havia sido pintado quando Lula surpreendeu a todos com a escolha de Gleisi para a articulação política. Motta se referiu a ela como uma pessoa de "extrema confiança do governo" e de perfil "muito direto e eficiente". "Isso facilita bastante o diálogo entre o Executivo e o Legislativo", disse o deputado, ao participar de um encontro promovido pelo Todos pela Educação, em São Paulo.

Com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil - AP), Gleisi se reuniu também mais de uma vez. A sintonia entre eles se mostrou, por exemplo, em relação à primeira pauta do Congresso sob o comando da casa. Em um grande acordo, governistas, centristas e oposição se juntaram para aprovar um drible nas exigências feitas pelo STF (Supremo Tribunal Federal), por iniciativa do ministro Flávio Dino, para ampliar a transparência das verbas das emendas parlamentares. A corte impôs regras para garantir o mínimo de transparência na destinação dos recursos, mas o Congresso, com o apoio do governo, ainda insiste em manter o anonimato na indicação das emendas.

Ministra forte

Gleisi também procurou combinar com outros ministros uma estratégia para lidar com o Congresso e, na SRI, passou a atuar como uma coordenadora importante dentro do governo.

Essa função já era prevista antes de sua chegada ao cargo.

Quando era cotada para a Secretaria-Geral da Presidência, alguns ministros da "cozinha" do Planalto não gostaram muito da ideia por considerar que ela era politicamente maior do que qualquer outro auxiliar de Lula. Além disso, falavam sob reserva sobre o "perigo" de tê-la no Planalto, com amplo acesso a Lula e capacidade de abordar qualquer assunto, inclusive de outras pastas da Esplanada. O presidente chegou a falar sobre isso em uma entrevista que deu em fevereiro, na qual apontou a agora ministra como um quadro político com qualidade para assumir qualquer lugar no governo.

Uma das críticas mais frequentes em relação ao terceiro governo de Lula é que não havia um ministro forte o suficiente para coordenar o governo. Muitos faziam referência a auxiliares fortes que Lula teve no passado, como José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil no primeiro mandato, e desmereciam a capacidade de articulação de Rui Costa, o atual ocupante do cargo. Um sinal do baixo prestígio de Costa apareceu na primeira reunião ministerial, em 2023, quando Lula repreendeu integrantes da equipe que não comunicavam o titular da Casa Civil antes de divulgarem suas ideias. "Qualquer genialidade que alguém possa ter, é importante que antes de anunciar façam uma reunião com a Casa Civil", pediu Lula.

A orientação do presidente, no entanto, não valeu para todos. Ao negociar o arcabouço fiscal e o pacote de cortes de despesas, Fernando Haddad (Fazenda) se reunia diretamente com o presidente até fechar uma proposta que seria apresentada ao governo. Lula, na semana passada, chegou a responder sobre os rumores de briga entre Haddad e Rui em um discurso no Planalto. "De vez em quando eu vejo muita gente: 'Ah porque tem briga entre Haddad e o Rui Costa'. Não, quando tiver briga entre os dois, eu sou o separador dessa briga. Eu sou o separador porque tem uma mesa redonda (de) que eles participam", disse na quarta-feira, 12.

Naquele mesmo dia, em uma demonstração da relevância da nova ministra no primeiro escalão do governo, Gleisi participou do lançamento do programa "Crédito do Trabalhador", uma das apostas do Planalto para melhorar a popularidade de Lula. A imagem da solenidade (foto) mostra a ministra como única mulher na cúpula do governo, entre o presidente, o vice Geraldo Alckmin, Hugo Motta e Haddad.

Costura interna

Na quinta, 13, a movimentação de Gleisi demonstrou que ela atua para sanar o problema da disputa entre Fernando Haddad e Rui Costa. Pela manhã, ela esteve com o ministro Haddad no Ministério da Fazenda. Foi recebida pelo colega com gentileza, na porta do elevador privativo. Saiu da Fazenda e voltou para o Planalto para almoçar no gabinete com Rui Costa, em uma clara tentativa de costurar uma unidade e evitar sinais trocados dentro do governo.

O encontro com Haddad também tinha o objetivo de combinar uma convivência pacífica. Apesar de ser seu correligionário no PT, Gleisi protagonizou fortes embates com ele sobre a condução da economia enquanto era presidente do partido. Ela divergia publicamente em relação à defesa da meta de déficit fiscal zero, mantra repetido pelo ministro, e também quanto ao pacote de corte de gastos anunciado no final do ano passado.

Leia em: <https://platobr.com.br/o-que-os-primeiros-dias-projetam-sobre-o-futuro-de-gleisi-no-governo/>

BRASIL

Carta ao Leitor: Um rumo equivocado

Vícios políticos somados a sucessivas apostas econômicas falhas mostram tempos de desordem e de retrocesso para o Brasil

Por Redação

Inspirado no positivista Auguste Comte, o lema da bandeira nacional anunciava no berço da República o farol que deveria guiar o país dali em diante, o da criação de um sistema capaz de marchar rumo ao desenvolvimento, tendo como norte a conquista do bem-estar geral. A nação que parecia predestinada a ser o país do futuro, no entanto, ainda não cumpriu seu destino. Nas últimas décadas, perdeu inúmeras oportunidades de pegar carona em condições favoráveis para deixar de ser um país de renda média. Vícios políticos somados a sucessivas apostas econômicas equivocadas nos deixaram longe do ideal Ordem e Progresso, eternizado no pendão. No lugar disso, a pátria parece viver as chagas de tempos de desordem e de retrocesso.

Para quem vê algum exagero e pessimismo nesse tipo de percepção, o início dos trabalhos legislativos ocorrido nesta semana serve de exemplo sobre nossos descaminhos. Conforme mostra reportagem da edição, parte dos congressistas está pintada com as cores de guerra por causa das investigações que envolvem políticos pelo mau uso das célebres emendas parlamentares. É uma apuração mais do que necessária, só que a turma enxerga nesse trabalho as digitais de um conluio entre governo e STF para colocar a PF em seus calcanhares, criando com isso um cabresto de obediência. No clima de uma batalha nada republicana, os expoentes da rebelião ameaçam retaliar em alto estilo, tirando da gaveta propostas como uma CPI do Judiciário, com foco nos altos salários.

No Poder Executivo vive-se a embriaguez do recém-anunciado PIB de 3,4% em 2024. É verdade que foi o segundo maior avanço registrado no país desde 2011. É verdade também que grande parte desse crescimento foi obtida com recursos do governo para estimular o consumo, criando um alicerce que já se provou frágil demais para um crescimento sustentável — e os problemas dessa opção já aparecem de forma nítida no horizonte. No quarto trimestre, a alta foi de apenas 0,2%, o que reforça as expectativas de desempenho menor do PIB em 2025. A freada brusca ocorre em meio a um contexto de taxas de juros elevadas para conter a inflação e de explosão da dívida pública.

Diante desse cenário preocupante, o presidente Lula resolveu pisar mais fundo na direção equivocada, trazendo para o governo a ex-presidente do PT Gleisi Hoffmann, expoente da chamada ala desenvolvimentista do partido, a mesma que combateu ferozmente Fernando Haddad e o chamado “austericídio fiscal” — o caminho necessário para o país deslanchar. A nova titular da Secretaria de Relações Institucionais fez sinais de paz em seu discurso de posse e de apoio ao ministro da Fazenda, mas as palavras soaram como um mero gesto protocolar.

Uma economia com entraves sérios provoca uma onda de pessimismo, com destaque para o refluxo no apetite de investimentos do setor privado, às voltas também com problemas brasileiros recorrentes, a exemplo das greves em serviços essenciais, como a Receita Federal (até a última quarta, 12, os auditores do órgão haviam completado mais de 100 dias de braços cruzados, gerando um prejuízo ao país de aproximadamente 3,6 bilhões de reais).

Por essas e outras, “ordem e progresso”, infelizmente, continua a ser apenas um lema na bandeira nacional.

Publicado em VEJA de 14 de março de 2025, edição nº 2935

REVISTA VEJA

17/03/2025

voltar ao topo 

POLÍTICA

Perigo à vista: como o governo Lula vai tentar recriar o imposto sindical

Para evitar desgastes políticos, um deputado da base aliada vai se apresentar como autor da ideia

Por Hugo Marques

Antes de assumir a Presidência da República, Lula era um crítico ferrenho do imposto sindical — cobrança que ele classificava como absurda e criada para alimentar o “peleguismo”. Coerente com o que pregava, em 2005, durante seu primeiro mandato, ele chegou a enviar ao Congresso um projeto extinguindo o tributo. A proposta, no entanto, serviu apenas para ampliar as sinecuras. Parlamentares aliados se limitaram a incluir as centrais sindicais entre as entidades beneficiadas com a distribuição dos recursos arrecadados a partir do desconto compulsório de um dia de salário dos trabalhadores com carteira assinada. Esse caixa bilionário que sustentou por décadas as entidades, muitas delas sem a menor representatividade, além de luxos e mordomias de muitos dirigentes, existiu até 2017, quando uma reforma na legislação finalmente pôs fim ao negócio. A mudança foi celebrada à época como um passo importante em direção à modernidade das relações entre patrões e empregados. Mas, para quem perdeu a fonte de dinheiro fácil, o que houve foi um tremendo retrocesso.

Para reverter a situação, a turma conta com o apoio de Lula, o mesmo que classificava a história como “peleguismo” no passado. Em 2022, no entanto, em busca de votos, ele se comprometeu com os sindicatos, se fosse eleito, a se empenhar em recriar o imposto. O presidente tentou cumprir a promessa logo nos primeiros meses. Numa primeira incursão, propôs a criação de uma “taxa” a ser cobrada dos trabalhadores, cujo percentual seria definido em assembleia — apenas uma roupagem nova para o velho tributo. Não colou. A repercussão negativa obrigou o governo a recuar. Uma segunda incursão está programada para as próximas semanas, dessa vez com uma novidade. O projeto de recriação do imposto vai nascer no Congresso, estratégia para tirar dos ombros do governo o peso do desgaste que uma proposta descabida como essa tende a provocar. O escolhido para assumir a missão é o deputado Luiz Gastão (PSD-CE). Em tese, será uma iniciativa de exclusiva responsabilidade do parlamentar, embora até as vírgulas da proposta estejam passando pelo crivo do Ministério do Trabalho. Patrocinador da ideia, o governo pretende permanecer anônimo.

Deputado de primeiro mandato, Luiz Gastão foi escolhido por acaso para assumir a paternidade do projeto. Empresário, ele é presidente da Federação do Comércio do Ceará e ex-vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio — duas entidades que também eram beneficiadas com os recursos do antigo imposto. Por enquanto, a única diferença entre a proposta que será apresentada pelo parlamentar e o antigo tributo é o nome. A nova “contribuição sindical” será equivalente a um dia de trabalho. O congressista confirma

a tabelinha com o governo. “O ministro do Trabalho tem acompanhado esse processo, tem dado total apoio. Quando o texto estiver pronto, vou encaminhar para a avaliação dele antes de protocolar”, conta Gastão, ressaltando que não faz bem à democracia a fragilização dos sindicatos, das centrais sindicais e das entidades patronais que perderam sua principal fonte de financiamento. Procurado por VEJA, o ministro Luiz Marinho não se pronunciou.

Com o projeto de Luiz Gastão, o combustível para o embate político está garantido. “Defendemos a autonomia de os sindicatos procurarem formas para se sustentar. Imagina o que seria dos trabalhadores sem organizações sindicais fortes”, afirma o deputado Vicentinho (PT-SP), ex-presidente da CUT. Para a oposição, especialmente em tempos de impopularidade do governo, é um prato cheio. “O Lula e o PT querem ressuscitar esse imposto para tirar dinheiro do trabalhador e repassar para os sindicatos, que vão fazer campanha para ele e para a esquerda”, diz o deputado Maurício Marcon (Podemos-RS). Se aprovada, a nova “contribuição sindical” geraria uma arrecadação superior a 4 bilhões de reais por ano. Para se ter uma ideia do que isso representa para os sindicatos, em 2017, antes de o imposto ser extinto, a CUT recebeu 62 milhões de reais. Um ano depois, sem os recursos, a receita da central caiu para 441000.

Nos dois primeiros anos do governo Lula, a Câmara dos Deputados foi comandada por Arthur Lira (PP-AL), que se recusava a colocar em pauta propostas que representassem qualquer retrocesso às leis modernizantes aprovadas pelo Congresso no passado recente. A recriação do imposto sindical era uma delas. Foi por conta disso que a primeira incursão do governo não prosperou. Nada indica que essa postura mudará com a presidência de Hugo Motta (Republicanos-PB), que assumiu o cargo no início de fevereiro. Até o Planalto sabe que a probabilidade do projeto avançar é remota — ainda bem, diga-se. De qualquer forma, vale ficar de olho, pois o apetite para o retrocesso parece inesgotável.

Publicado em VEJA de 14 de março de 2025, edição nº 2935